

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### PROJETO DE LEI Nº 4.317, DE 2004

Proíbe a cobrança de valores insertos por amostragem, em contas de energia, água e gás, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Carlos Nader

**Relator:** Deputada Maria do Carmo Lara

#### I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei objetiva proibir a cobrança, por parte das concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza, de valores oriundos de coleta por amostragem. A proibição se estende às contas de serviços prestados a residências, estabelecimentos sociais, comerciais e industriais.

A proposição consigna, ainda, que a empresa concessionária não poderá se eximir da proibição a pretexto de não ter acesso ao aparelho medidor do consumo. Finalmente, estipula multa aos infratores, no valor correspondente a 500 (quinhentas) Ufir, por cada ocorrência, com cobrança em dobro, no caso de reincidência, e em triplo, no caso de segunda reincidência, e incumbe os órgãos de defesa dos direitos do consumidor das providências administrativas, civis e criminais destinadas à aplicação de penalidades.

Na Justificação, o autor condena, como flagrante injustiça contra o consumidor, a prática das empresas concessionárias de não efetuar mensalmente a leitura dos aparelhos medidores e fazer lançamento do consumo com base na média dos três últimos meses. Assinala ainda que amostragem trimestral é usada pelas empresas para facilitar seus serviços, com a finalidade de utilizar um número reduzido de empregados na tarefa de leitura e lançamento do consumo.

Aberto o prazo regimental de cinco sessões para a apresentação de emendas, nenhuma emenda foi recebida nesta Comissão.

## II – VOTO DA RELATORA

Inicialmente e, para melhor compreensão do assunto, é importante esclarecer que a prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica possui características peculiares, e a questão apresentada encontra-se disciplinada pela Resolução no. 456, de 29 de novembro de 2000, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, cujos princípios são consagrados desde a Portaria Ministerial no. 378-MME, de 26 de março de 1975.

Com efeito assim dispõe os arts. 40, 41 e 43 da mencionada Resolução :

“Art. 40. A concessionária efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias, de acordo com o calendário respectivo.

§1º O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a 15 (quinze) nem superior a 47 (quarenta e sete) dias.

§2º Havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo 47 (quarenta e sete) dias, devendo a comunicação ser comunicada aos consumidores, por escrito, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento.

§3º No caso de pedido de desligamento, mediante acordo entre as partes, o consumo e/ou a demanda finais poderão ser estimados com base na média dos 3 (três) últimos faturamentos, no mínimo, e proporcionalmente ao número de dias decorridos entre as datas de leitura e do pedido, ressalvado o disposto no art. 48.

Art. 41. As leituras e os faturamentos de unidades consumidoras do Grupo “B” poderão ser efetuadas em

intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos, de acordo com o calendário próprio, nos seguintes casos :

I-unidades consumidoras situadas em área rural;

II-localidades com até 1000(mil) unidades consumidoras; e

III-unidades consumidoras com consumo médio mensal de energia elétrica ativa igual ou inferior a 50kwhs(cinqüenta quilowatts-hora).

§ 1º Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura o consumidor poderá fornecer a leitura mensal dos respectivos medidores ,respeitadas as datas fixadas pela concessionária.

§ 2º A adoção de intervalo plurimensal de leitura e/ou de faturamento deverá ser precedida de divulgação aos consumidores ,objetivando permitir aos mesmos o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida .

Art.43.A concessionária poderá realizar a leitura em intervalos de até 12(doze) ciclos consecutivos,para unidades consumidoras do Grupo “B” localizadas em área rural ,desde que haja concordância do consumidor e que sejam disponibilizados os procedimentos necessários com vistas a efetivação da auto leitura.

Parágrafo único - A concessionária deverá realizar a leitura no terceiro ciclo ,sempre que o consumidor não efetuar a auto leitura por 2(dois) ciclos consecutivos.”

Verifica-se ,desta feita,que as concessionárias devem proceder à efetiva leitura dos medidores junto às unidades consumidoras em data fixa,estabelecida em calendário específico -usualmente de 30 (trinta) dias-de forma a permitir a leitura de uma quantidade de medidores em uma mesma data ,com a conseqüente emissão das faturas no dia seguinte e entrega no outro dia ,e assim sucessivamente,até que se feche o ciclo mensal de faturamento.

Todavia ,é importante destacar que caso ocorra

impedimento à leitura do medidor de uma unidade consumidora na data prevista no calendário da concessionária, a nova leitura somente poderá ser realizada 30(trinta) dias depois ou,conforme ocorre em algumas situações ,somente após 60 (sessenta) ou 90 (noventa) dias. Para disciplinar essas hipóteses,assim determina o art. 70 :

“Art. 70. Ocorrendo impedimento ao acesso para leitura do medidor,os valores faturáveis de consumo de energia elétrica ativa, de energia elétrica e demanda de potência reativa excedentes,serão as respectivas médias aritméticas dos 3 (três) últimos faturamentos,e para a demanda ,deverá ser utilizado o valor da demanda contratada.

§ 1º Este procedimento somente poderá ser aplicado por 3(três) ciclos consecutivos e completos de faturamento,devendo a concessionária comunicar ao consumidor,por escrito ,a necessidade de o mesmo desimpedir o acesso aos equipamentos de medição.

§ 2º O acerto de faturamento,referente ao período em que a leitura não foi efetuada,deverá ser realizado no segundo ou terceiro ciclo consecutivo,conforme o caso ,devendo as parcelas referentes às demandas ativa e reativa serem objeto de ajuste quando o equipamento de medição permitir registro para a sua quantificação .

§ 3º Após o terceiro ciclo consecutivo e enquanto perdurar o impedimento,o faturamento deverá ser efetuado com base nos valores mínimos faturáveis referidos no art. 48 ou no valor da demanda contratada,sem possibilidade de futura compensação quando se verificar diferença positiva entre o valor medido e o faturado.

§ 4º Tratando-se de unidade consumidora rural,sazonal ou localizada em área de veraneio ou turismo,serão aplicados os procedimentos estabelecidos no § 3º ,art. 57.”

Dessa forma,observa-se que a regra é que a leitura seja efetuada em consonância com o disposto na Resolução n.º 456 de 2000 ,sendo certo que as situações excepcionais ,nas quais,inclusive ,a leitura pode ser feita por estimativa,encontram-se devidamente disciplinadas pela regulamentação setorial em vigor,que deve ser observada pelas concessionárias de distribuição

de energia elétrica.

Finalmente ,importa mencionar que tais procedimentos são adotados pelas concessionárias a fim de evitar que o custo mensal de leitura em locais remotos onere ainda mais as faturas dos consumidores de energia elétrica daquela área de concessão .

Assim,pode-se concluir que as normas vigentes sobre o setor elétrico já determinam os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos para a leitura e faturamento do consumo das unidades consumidoras,nos termos estabelecidos nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.

A proposição em exame pretende abolir a prática da cobrança de serviços públicos mensuráveis mediante o lançamento de valores obtidos por amostragem. O método mais utilizado pelas concessionárias é o da média aritmética dos consumos dos três últimos meses. O lançamento da média é feito quando, por qualquer motivo – ausência de pessoas na casa, quebra ou defeito do medidor, etc. – a leitura do consumo não puder ser realizada. Também é utilizada naqueles domicílios em que, por sua localização, o custo da leitura do medidor representa um percentual significativo do valor do consumo, seja pela distância seja pelo consumo reduzido. É o caso de sítios, chácaras, casas de praia e fazendas, que normalmente têm consumo reduzido e alto custo de leitura do medidor.

É importante esclarecer, entretanto, que, nos casos em que a fatura é lançada com base na média, existe um ajuste posterior, feito no mês em que se realiza a leitura, quando, então, se a soma dos lançamentos faturados pela média superar a diferença obtida entre a última leitura e a atual, o excesso é deduzido da fatura atual ou das seguintes, restabelecendo-se a exação das cobranças.

A utilização da média ou da amostragem estatística não constitui procedimento espúrio. Pelo contrário, muitas das políticas públicas de tributação, de distribuição de renda e de estimação de demandas são realizadas com sucesso, no Brasil e em outros países, baseadas em métodos amostrais, inclusive mediante a utilização de médias.

Eventualmente, o lançamento pela média pode levar a um

desembolso inesperado, como no caso em que o consumidor viaja em férias, deixa o imóvel fechado – sem consumo ou com consumo reduzido – e, ao ser cobrado pela média, paga como se fosse um mês de consumo normal. Há um contratempo financeiro, mas que é compensado por ocasião da próxima leitura.

Por outro lado, uma vez que a proposição não prevê uma metodologia alternativa para solucionar os casos em que a leitura seja impossível ou inviável, não há garantia de que a proibição resulte em proveito do consumidor. Com efeito, a obrigatoriedade de leitura mensal de todos os consumidores poderá redundar em reajuste de tarifas ou prejuízo ao atendimento de consumidores mais afastados. A simples proibição do lançamento sem leitura do medidor livrará o consumidor da fatura no mês em que ela se revelar impossível, mas haverá a transferência do encargo para o mês seguinte ou posterior, o que pressionará o orçamento do consumidor quando a leitura for finalmente realizada.

Ante o exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 4.317, de 2004

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006

Deputada Maria do Carmo Lara  
Relatora

882DAEE544 \* 882DAEE544 \*